

## Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Bloco A – 6º andar – Campos Eliseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

#### NOSSO DESEMPENHO

##### • Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2023 R\$ 59,3 milhões, com aumento de R\$ 8,8 milhões, ou 17,5% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo aumento nas receitas com aplicações financeiras.

##### • Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2023 R\$ 34,6 milhões, com redução de 4,2% em relação a 2022. O lucro por ação foi de R\$ 0,58 em 2023 e R\$ 0,60 em 2022.

##### • Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

#### DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

#### RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

#### AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.

Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.

Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.

Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.

Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.

Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.

A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém alguns nuances específicos. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de

desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.

De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.

Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.

A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.

O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.

Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal. Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

#### AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>		<b>90.207</b>	<b>73.952</b>
Arrecadação com títulos de capitalização	15	1.216.629	984.882
Variação da provisão para resgate		(1.126.422)	(910.930)
<b>Variação das provisões técnicas</b>		<b>(10.119)</b>	<b>(6.584)</b>
<b>Resultado com sorteio</b>		<b>(2.914)</b>	<b>(4.113)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>16</b>	<b>(50.754)</b>	<b>(35.746)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>		<b>(4.257)</b>	<b>510</b>
Outras receitas operacionais		11	2.597
Outras despesas operacionais		(4.268)	(2.087)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>17</b>	<b>(19.123)</b>	<b>(14.623)</b>
Pessoal próprio		(797)	(345)
Serviços de terceiros		(4.638)	(4.331)
Localização e funcionamento		(351)	(288)
Publicidade e propaganda		(19)	(5)
Publicações		(161)	(110)
Doativos e contribuições		(1.002)	(678)
Despesas administrativas diversas		(12.155)	(8.866)
<b>Despesas com tributos</b>		<b>(5.032)</b>	<b>(3.953)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>18</b>	<b>59.319</b>	<b>50.485</b>
Receitas financeiras		151.561	123.894
Despesas financeiras		(92.242)	(73.409)
<b>Resultado operacional</b>		<b>57.327</b>	<b>59.928</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>10.2</b>	<b>57.327</b>	<b>59.928</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>10.2</b>	<b>(13.847)</b>	<b>(14.450)</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>10.2</b>	<b>(8.701)</b>	<b>(9.329)</b>
<b>Participações sobre o lucro</b>		<b>(160)</b>	<b>(26)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.619</b>	<b>36.123</b>
Quantidade de ações		59.832	59.832
Lucro líquido por ação - R\$		0,58	0,60

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>34.619</b>	<b>36.123</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>23.250</b>	<b>(6.383)</b>
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:</b>		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	38.774	(10.638)
Efeitos tributários	(15.510)	4.255
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(23)	(9)
Efeitos tributários	9	—
<b>Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários</b>	<b>57.869</b>	<b>29.740</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		34.619	36.123
Variação nas contas patrimoniais:			
Aplicações financeiras		(622.227)	(105.209)
Créditos tributários e previdenciários		13	1.797
Ativo fiscal diferido		15.374	(4.335)
Despesas antecipadas		35	140
Custo de aquisição diferidos		(8.517)	(9.924)
Impostos e contribuições		21.155	9.254
Outros ativos		(231)	71
Outras contas a pagar		301	(2.575)
Depósitos de terceiros		(1.981)	(124)
Provisões técnicas - capitalização		227.063	227.228
Pagamento de provisões judiciais		187	196
Outros passivos		28.715	(97)
Caixa consumido pelas operações:			
Impostos sobre o lucro pagos		(20.872)	(8.941)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais</b>		<b>(326.366)</b>	<b>143.604</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos	14 c	(71.000)	(35.000)
Aumento de capital		—	45.000
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento</b>		<b>(71.000)</b>	<b>10.000</b>
<b>Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(397.366)</b>	<b>153.604</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>403.281</b>	<b>249.677</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>5.915</b>	<b>403.281</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Participação
<b>Itaú Unibanco Holding S.A.</b>	
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(\*) Participações nas ações ordinárias.

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
<b>Circulante</b>		<b>453.087</b>	<b>696.225</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.217.472</b>	<b>1.000.679</b>
Disponível		3.781	1.099	Contas a pagar		5.223	4.665
Caixa e bancos		3.781	1.099	Obrigações a pagar		2.614	2.480
Equivalentes de caixa	7	2.134	402.182	Impostos e encargos sociais a recolher		284	186
Aplicações financeiras	8	412.707	265.331	Encargos trabalhistas		77	13
Outros créditos operacionais		559	290	Impostos e contribuições		2.117	1.834
Títulos e créditos a receber		5	47	Outras contas a pagar		131	152
Créditos tributários e previdenciários		5	18	Débitos de operações com capitalização		14.734	9.296
Outros créditos		—	29	Débitos operacionais		715	591
Custo de aquisição diferidos	9	33.901	27.241	Outros débitos operacionais		14.019	8.705
Capitalização		33.901	27.241	Depósitos de terceiros	12	272	2.253
Despesas antecipadas		—	35	Provisões técnicas - capitalização	11.1	1.197.243	984.465
<b>Não circulante</b>		<b>1.286.376</b>	<b>825.051</b>	Provisão para resgates		1.140.479	937.604
Realizável a longo prazo		1.286.376	825.051	Provisão para sorteio		6.253	4.627
Aplicações financeiras	8	1.269.324	794.473	Provisão administrativa		50.511	42.234
Títulos e créditos a receber		9.640	25.203	<b>Não circulante</b>		<b>349.523</b>	<b>335.025</b>
Créditos tributários e previdenciários	10.1	9.623	24.997	Contas a pagar		36	10
Depósitos judiciais e fiscais		17	26	Obrigações a pagar		26	—
Custo de aquisição diferidos	9	7.412	5.555	Tributos diferidos		10	10
Capitalização		7.412	5.555	Provisões técnicas - capitalização	11.1	348.628	334.343
				Provisão para resgates		338.764	326.321
				Provisão administrativa		9.864	8.022
				Outros débitos	13	859	672
				Provisões judiciais		859	672
				<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>172.468</b>	<b>185.572</b>
				Capital social		160.000	125.000
				Aumento de capital (em aprovação)		—	35.000
				Reservas de lucros		26.295	62.649
				Ajustes de avaliação patrimonial		(13.827)	(37.077)
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.739.463</b>	<b>1.521.276</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>81.000</b>	<b>34.000</b>	<b>55.240</b>	<b>(30.694)</b>	<b>—</b>	<b>139.546</b>
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		—	—	(20.000)	—	—	(20.000)
Aumento de Capital:	11 a	—	—	—	—	—	—
Portaria SUSEP/CGRAT nº 639		12.000	(12.000)	—	—	—	—
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 924		10.000	(10.000)	—	—	—	—
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 944		12.000	(12.000)	—	—	—	—
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 976		10.000	—	—	—	10.000	—
AGE de 28 de julho de 2022		—	10.000	—	—	—	10.000
AGE de 28 de dezembro de 2022		—	25.000	—	—	—	25.000
Reconhecimento pagamento em ações		—	—	9	—	—	9
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	(6.383)	—	(6.383)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	36.123	36.123
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	11 b(i)	—	—	1.806	—	(1.806)	—
Reservas estatutárias	11 b(ii)	—	—	25.594	—	(25.594)	—
Dividendos mínimos e intermediários (R\$ 0,15 por ação)	11 d	—	—	—	—	(8.723)	(8.723)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>125.000</b>	<b>35.000</b>	<b>62.649</b>	<b>(37.077)</b>	<b>—</b>	<b>185.572</b>
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	14 c	—	—	(56.000)	—	—	(56.000)
Aumento de capital:							
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1.273		10.000	(10.000)	—	—	—	—
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1.370		25.000	(25.000)	—	—	—	—
Reconhecimento pagamento em ações		—	—	34	—	—	34
Ações outorgadas		—	—	(7)	—	—	(7)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	23.250	—	23.250
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	34.619	34.619
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	14 b(i)	—	—	1.731</			

## Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Bloco A – 6º andar – Campos Eliseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

—★continuação

## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

### 2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

### 2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

### 2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

#### Circular SUSEP nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º janeiro de 2024 a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Além disso, a norma ainda referenda o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

#### CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela SUSEP.

### 2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

### 3.1 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

### 3.2 ATIVOS FINANCEIROS

#### (a) Mensuração e Classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) **Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado - Títulos para Negociação**  
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

#### (ii) Títulos Disponíveis para Venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

#### (iii) Mantidos até o Vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

#### (iv) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

#### (b) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

## 3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

### 3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos.

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

### 3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado, quando aplicável.

### 3.4 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos títulos de capitalização, também são diferidos com o mesmo critério.

### 3.5 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas são constituídas conforme as legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais e estão descritos resumidamente a seguir:

**Provisão Matemática de Capitalização (PMC)** é constituída para cada título que está em vigor ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano. Mensalmente a provisão é capitalizada pelo indexador e taxa de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento.

**Provisão para Resgates (PR)** é constituída a partir da data do evento gerador do resgate para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título.

**Provisões para Sorteios a Realizar (PSR)** é constituída para cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data de constituição, ainda não tenham sido realizados.

**Provisões para Sorteios a Pagar (PSP)** é constituída a partir da data da realização do sorteio, sendo atualizada conforme previsto nas condições gerais do plano, desde a data do sorteio até a liquidação financeira.

**Provisão para Despesas Administrativas (PDA)** é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. O diferimento das despesas é efetuado "pro rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

Abaixo descrevemos as taxas de carregamento dos principais produtos comercializados:

Processo SUSEP	Tipo PU	Taxa Carregamento
15414.901622/2019-81 .....	PU	7,80%
15414.901713/2019-16 .....	PU	6,30%
15414.900181/2019-08 .....	PU	20,10%
15414.902267/2019-67 .....	PU	6,30%
15414.601011/2020-79 .....	PU	8,80%
15414.601323/2020-82 .....	PU	7,80%
15414.601325/2020-71 .....	PU	5,90%
15414.601326/2020-16 .....	PU	6,90%
15414.601327/2020-61 .....	PU	7,00%
15414.606126/2020-50 .....	PU	9,70%
15414.606128/2020-49 .....	PU	7,80%
15414.612744/2020-39 .....	PU	7,80%
15414.628604/2023-25 .....	PU	6,37%
15414.628614/2023-61 .....	PU	9,92%
15414.628612/2023-71 .....	PU	6,08%
15414.628605/2023-70 .....	PU	7,90%
15414.628613/2023-16 .....	PU	8,02%

## 3.6 RECONHECIMENTO DE RECEITA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 3.5).

O fato gerador para a contabilização das receitas referentes aos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será emissão do título, para a primeira parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas.

### 3.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

## 3.8 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

## 3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

### 3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

### 3.11 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

## 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes do critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### 4.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

### 4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

### 4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

## 5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Para definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

### 5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

**Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações. Em 31 de dezembro de 2023, 99,7% (100,0% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

A carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

### 5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário da caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.  
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:  
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

## Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

★ continuação

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	5.945	-	406.998	-
Fluxo de 0 a 30 dias.....	290.513	50.637	483.736	61.225
Fluxo de 31 a 180 dias.....	447	456.202	236	361.040
Fluxo de 181 a 360 dias.....	37.142	549.138	40.370	501.394
Fluxo acima de 360 dias.....	1.417.830	588.634	1.096.468	484.477
	<b>1.751.877</b>	<b>1.644.611</b>	<b>2.027.808</b>	<b>1.408.136</b>

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

## 5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Pré-fixados.....	91,8%	82,4%
Pós-fixados (Selic/CDI).....	7,7%	17,1%
Inflação (IPCA/IGPM).....	0,5%	0,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realistas e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de risco	Cenário (i)		Impacto (ii)	
	+	-	+	-
Juros pré-fixados.....	+ 50 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 10 b.p. (34.453)
Juros pós-fixados.....	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (10.817)
	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 5 b.p. (10.817)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)
	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 50 b.p. (159.579)	+ 25 b.p. (83.753)
	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)	+ 25 b.p. (83.753)	+ 10 b.p. (34.453)
	+ 10 b.p. (34.453)	+ 5 b.p. (		

### Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Bloco A – 6º andar – Campos Eliseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

#### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<b>(a) Capital Social</b>			
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 160.000, dividido em 59.831.612 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.			
<b>(b) Reservas de Lucros</b>			
<b>(i) Reserva Legal</b>			
A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R\$ 8.333 (R\$ 6.602 em 31 de dezembro de 2022).			
<b>(ii) Reservas Estatutárias</b>			
Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e da Companhia ou futura distribuição aos acionistas.			
Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R\$ 17.925 (R\$ 56.037 em 31 de dezembro de 2022).			
<b>(c) Dividendos</b>			
De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.			
Em 2023 a Administração da Companhia aprovou as seguintes distribuições de dividendos à conta de reservas de lucros: (i) R\$ 20.000 em 31 de janeiro; (ii) R\$ 4.000 em 27 de fevereiro; (iii) R\$ 10.000 em 31 de março; (iv) R\$ 10.000 em 28 de abril; (v) R\$ 5.000 em 30 de maio e (vi) 7.000 em 30 de junho, totalizando R\$ 56.000. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.			
Adicionalmente, a Administração da Companhia aprovou em 28 de julho de 2023, no montante de R\$ 15.000, a distribuição de dividendos à conta de lucros acumulados a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.			
Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:			
	<b>Dezembro de 2023</b>	<b>Dezembro de 2022</b>	
Lucro líquido do exercício.....	34.619	36.123	
(-) Reserva legal.....	(1.731)	(1.806)	
<b>Lucro básico para determinação do dividendo.....</b>	<b>32.888</b>	<b>34.317</b>	
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%).....</b>	<b>8.222</b>	<b>8.579</b>	
Dividendos mínimos obrigatórios.....	8.222	8.579	
Dividendos intermediários.....	6.778	144	
<b>Total de dividendos.....</b>	<b>15.000</b>	<b>8.723</b>	
<b>Total por ação (R\$).....</b>	<b>0,25070</b>	<b>0,14580</b>	

<b>(d) Remuneração em Ações</b>			
A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração. O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários e dos acionistas da Companhia; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.			
Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, qual seja: Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto e tem como beneficiários os empregados da Companhia.			
As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.			
No exercício de 2023 foram entregues 122 ações, referente à remuneração de 2022.			

<b>15. ARRECAÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO</b>			
	<b>Dezembro de 2023</b>	<b>Dezembro de 2022</b>	
Instrumento de garantia.....	1.210.078	976.473	
Incentivo.....	6.551	8.409	
	<b>1.216.629</b>	<b>984.882</b>	

<b>16. CUSTOS DE AQUISIÇÃO</b>			
	<b>Dezembro de 2023</b>	<b>Dezembro de 2022</b>	
Despesas de comercialização.....	(59.270)	(45.671)	
Varição das despesas diferidas.....	8.516	9.925	
	<b>(50.754)</b>	<b>(35.746)</b>	

<b>17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>			
	<b>Dezembro de 2023</b>	<b>Dezembro de 2022</b>	
Despesas com estrutura compartilhada (*).....	(11.848)	(8.608)	
Serviços de terceiros.....	(4.638)	(4.331)	
Pessoal.....	(797)	(345)	
Localização e funcionamento.....	(351)	(288)	
Publicidade e propaganda.....	(180)	(115)	
Outras.....	(1.309)	(936)	
	<b>(19.123)</b>	<b>(14.623)</b>	

(\*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 19).

#### 18. RESULTADO FINANCEIRO

	<b>Dezembro de 2023</b>	<b>Dezembro de 2022</b>
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação..	123.681	97.025
Juros de títulos disponíveis para a venda .....	27.864	26.730
Outras.....	16	139
<b>Total de receitas financeiras .....</b>	<b>151.561</b>	<b>123.894</b>
Atualização das provisões técnicas de capitalização.....	(90.397)	(71.844)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda.....	-	(16)
Outras.....	(1.845)	(1.549)
<b>Total de despesas financeiras.....</b>	<b>(92.242)</b>	<b>(73.409)</b>
<b>Resultado financeiro .....</b>	<b>59.319</b>	<b>50.485</b>

#### 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia;
- (ii) Subscrição de títulos de capitalização da Companhia para a Portoseg e Porto Cia;
- (iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da empresa Porto Investimentos;
- (iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- (v) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde.

	<b>Dezembro de 2023</b>		<b>Dezembro de 2022</b>	
<b>Passivo</b>				
Porto Cia.....	1.281		588	
Portoseg .....	122		-	
Porto Consórcio.....	19		-	
	<b>1.422</b>		<b>588</b>	
	<b>Receitas</b>		<b>Despesas</b>	
	<b>Dezembro de 2023</b>	<b>Dezembro de 2022</b>	<b>Dezembro de 2023</b>	<b>Dezembro de 2022</b>
<b>Demonstração do resultado</b>				
Porto Cia.....	6.503	8.360	(13.115)	(9.485)
Porto Investimentos .....	-	-	(1.670)	(1.660)
Portoseg .....	-	-	(1.225)	(127)
Outras.....	49	49	(922)	(318)
	<b>6.552</b>	<b>8.409</b>	<b>(16.932)</b>	<b>(11.590)</b>

#### 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

**Comitê de Auditoria**  
O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 22 de fevereiro de 2024 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

#### DIRETORIA

<b>MARCOS ROBERTO LOUÇÃO</b> Diretor Presidente	<b>JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA</b> Diretor Vice-Presidente	<b>CELSO DAMADI</b> Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimento	<b>LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA</b> Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados
<b>PATRICIA CHACON JIMENEZ</b> COO (Chief Operating Officer) - Seguros	<b>ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES</b> Diretora Jurídica e Riscos	<b>CAROLINA HELENA URBANO ZWARG</b> Diretora de Gente e Cultura	<b>FABIO OHARA MORITA</b> Diretor Técnico
<b>PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON</b> Diretor de Produto - Capitalização	<b>RAFAEL VENEZIANI KOZMA</b> Diretor de Controladoria	<b>NELSON SANTOS AGUIAR</b> Diretor	<b>TIAGO VIOLIN</b> Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Porto Seguro Capitalização S.A.**, São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de capitalização**  
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.5 e 11, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de capitalização, no montante de R\$ 1.545.871 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor presente esperado das despesas administrativas futuras, taxas de desconto, taxas de carregamento, entre outros.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão para despesas administrativas.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuários utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Ambiente de tecnologia da informação**  
A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de

auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as

atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O

**Diana Yukie Naki dos Santos**  
Contadora - CRC-SP300514/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



—★ continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Acionistas e Administradores da Porto Seguro Capitalização S.A.**  
São Paulo - SP  
CNPJ: 16.551.758/0001-58

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e

experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência

regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

**Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Fernanda Gama

Atuária - MIBA 947



Imprevistos fazem parte do negócio. Seguro faz parte da empresa.

Soluções com coberturas para todos os tipos de segmentos.



Saiba mais

Transportes

Empresa

Eventos

Respons. Civil

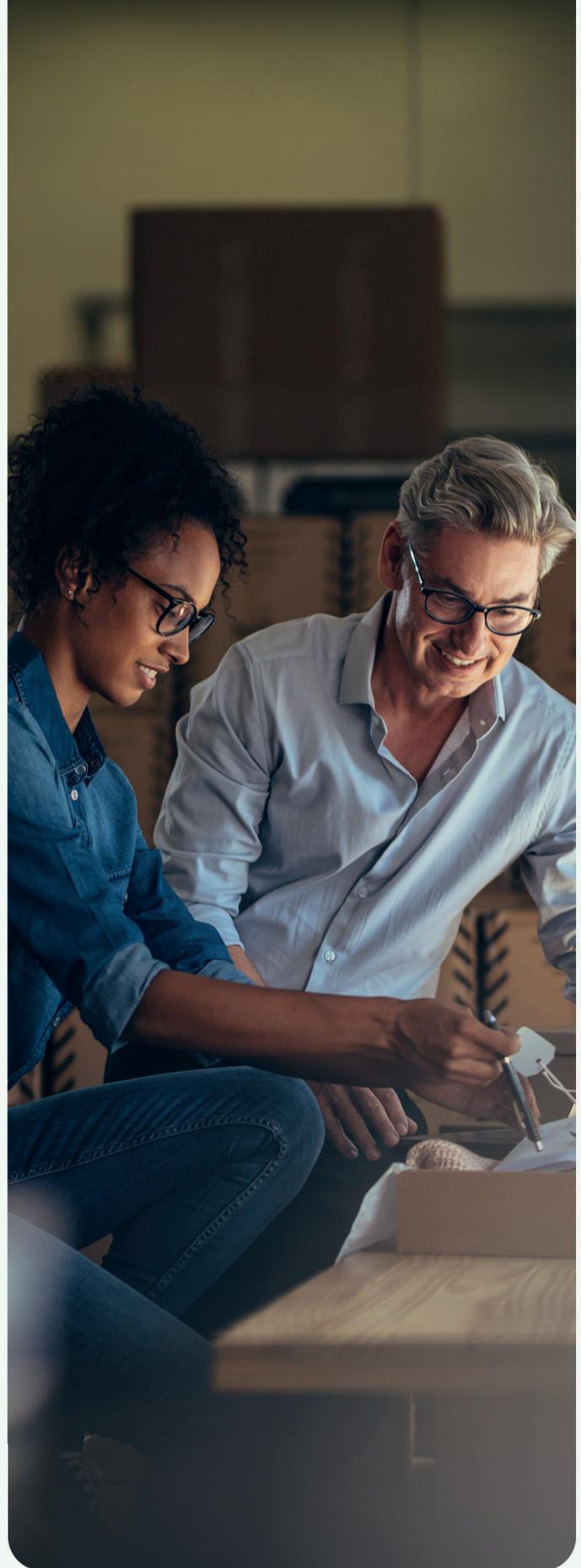
Agronegócio

Máquinas e Equipamentos

Auto Frota

Vida Empresarial

Condomínio



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>